

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO****PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 471/26**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e dá outras providências. (Publicada no DOU de 02/09/1981).
- Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. (Publicada no DOU de 28/04/1999).
- Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, incluindo o manejo de resíduos sólidos. (Publicada no DOU de 08/01/2007).
- Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. (Publicada no DOU de 03/08/2010).
- Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PROCURADORIA

- Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.
- Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico e altera, entre outras, a Lei nº 11.445/2007. (Publicada no DOU de 15/07/2020 – Edição Extra).
- Lei Federal nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política.
- Lei Estadual nº 12.300, de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes para a gestão integrada e o gerenciamento dos resíduos sólidos no Estado de São Paulo. (Publicada no DOE de 17/03/2006).
- Lei Estadual nº 13.798, de 9 de novembro de 2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC. (Publicada no DOE de 10/11/2009).
- Lei Estadual nº 15.780, de 27 de abril de 2015, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental. (Publicada no DOE de 28/04/2015).
- Lei Municipal nº 13.284, de 9 de janeiro de 2002, que dispõe o exercício da fiscalização dos órgãos públicos municipais por entidades da sociedade civil, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo e dá outras providências. (Publicada no Diário Oficial do Município de 31/12/2002).
- Lei Municipal nº 14.718, de 25 de abril de 2008, que veda a concessão de isenção ou benefício de natureza tributária e a concessão de licenciamento de certificação ambiental nos casos que especifica, e dá outras providências;

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo. (Publicada no Diário Oficial do Município de 16/01/2009).

- Lei Municipal nº 15.098, de 05 de janeiro de 2010, que obriga o Poder Executivo Municipal a publicar na Imprensa Oficial ou disponibilizar no site oficial da Prefeitura relatório das Áreas Contaminadas do Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 15.374, de 18 de maio de 2011, que institui o Programa Municipal de Educação Ambiental de São Paulo. (Publicada no Diário Oficial do Município de 19/05/2011).

- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, contemplando diretrizes de sustentabilidade, gestão ambiental e infraestrutura verde. (Publicada no Diário Oficial do Município de 01/08/2014).

- Lei Municipal nº 16.137, de 16 de março de 2015, que permite a delegação de competência para autorização de manejo arbóreo e dá outras providências correlatas;

- Lei Municipal nº 16.920, de 8 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a gestão integrada de resíduos sólidos no Município de São Paulo e consolida diretrizes voltadas à redução, reutilização, reciclagem, compostagem e valorização dos resíduos sólidos. (Publicada no Diário Oficial do Município de 09/01/2018).

- Decreto Municipal nº 58.701, de 4 de abril de 2019, que regulamenta dispositivos relativos à gestão de resíduos sólidos e ao Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS no Município de São Paulo.

PL 460/2026 Fica vedado o uso de tecnologias de incineração e outros tratamentos térmicos para destinação de resíduos sólidos urbanos no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 117/2026 Institui diretrizes para o Programa Mutirão Ambiental no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 1538/2025 Institui o Programa “Telhado Vivo Paulistano”, que cria a Rede Municipal de Coberturas Verdes Comunitárias, e dá outras providências.

**PROCURADORIA**

PL 1396/2025 Altera a Lei nº 13.478 de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo; cria e estrutura seu órgão regulador; autoriza o Poder Público a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão; institui a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares TRSD, a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS e a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana - FISLURB; cria o Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU, e dá outras providências.

PL 946/2025 Institui a Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos – PMPSAU, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 149/2025 Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a destinação à compostagem e reciclagem de resíduos provenientes dos serviços de manejo, manutenção e conservação de espécies arbóreas de todas as áreas públicas do município, reduzindo a destinação ou disposição final em aterros sanitários.

PR 92/2025 Frente Parlamentar contra os incineradores e em defesa de uma Política de resíduos sólidos sustentável.

PL 665/2023 Dispõe sobre a implantação do Programa Municipal de Compostagem (PMC), no Município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 30 de junho de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ
PROCURADORA LEGISLATIVA SUPERVISORA
Setor de Pesquisa e Análise Prévia De Proposituras